



1 Às nove horas do dia dois de agosto de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva  
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ**  
4 **CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO LEÃO**; e o  
5 Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 900/2016; ausências  
6 justificadas dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES e DANIEL LAVAREDA**; presença da  
7 Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará,  
8 **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos  
9 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do  
10 Regimento Interno desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,  
11 momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 430012011-00; Prefeitura**  
12 **Municipal de Maracanã; Pedido de Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº  
13 11.761 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Agnaldo  
14 Machado dos Santos; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 900/16);  
15 **Publicado no DOE nº 0 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
16 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao  
17 Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
18 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito  
19 suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.590). Presidência do Conselheiro  
20 Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo**  
21 **nº 430012011-00; Prefeitura Municipal de Maracanã; Pedido de Revisão** contra a  
22 decisão contida no Acórdão nº 25.641 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito  
23 suspensivo); Responsável: Agnaldo Machado dos Santos; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio  
24 Dantas (Portaria nº 0900/16); Publicado no DOE nº 0 33.180, de 29.07.2016. Cumprindo  
25 dispositivo regimental, o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas submeteu ao Plenário preliminar  
26 de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada  
27 **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
28 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.591).  
29 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
30 José Carlos Araújo. **Processo nº 1270022003-00; Câmara Municipal de Trairão; Pedido**  
31 **de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 21.112 (Exame de Admissibilidade com  
32 pedido de efeito suspensivo); Responsável: Gilmar Baú; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério  
33 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio  
34 Dantas (Portaria nº 0900/16); Publicado no DOE nº 0 33.180, de 29.07.2016. Cumprindo  
35 dispositivo regimental, o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas submeteu ao Plenário preliminar  
36 de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada  
37 **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
38 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.592).



39 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
40 José Carlos Araújo. **Processo nº 1270022004-00; Câmara Municipal de Trairão; Pedido**  
41 **de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 20.351 (Exame de Admissibilidade com  
42 pedido de efeito suspensivo); Responsável: Gilmar Baú; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério  
43 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado**  
44 **no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro José  
45 Carlos Araújo submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do  
46 Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a  
47 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de  
48 Revisão interposto (Resolução nº 12.593). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência,  
49 por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201209358-00**  
50 **(790012005-00); Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá; Outros - 2005;**  
51 Responsável: Vildemar Rosa Fernandes; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE**  
52 **nº 33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 282212005-00**  
53 **(201508061-00); Fundo Municipal de Saúde de Curralinho; Outros - 2005;**  
54 Responsável: Haroldo Gonçalves da Costa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
55 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no**  
56 **DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201514956-00**  
57 **(852142009-00); Fundo Municipal de Educação de Vigia; Pedido de Revisão** contra a  
58 **decisão contida no Acórdão nº 24.276 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito**  
59 **suspensivo);** Responsável: Juscelino Gouveia Furtado Belém; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;  
60 **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
61 Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos  
62 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência  
63 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao  
64 Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.594). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.  
65 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
66 **201606055-00 (572042010-00); Fundo Municipal de Saúde de Ponta de Pedras;**  
67 **Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 27.835 (Exame de Admissibilidade  
68 com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Pedro Paulo Boulhosa Tavares; Relator:  
69 Conselheiro Sérgio Leão; Advogada: Edilene Chaves Macêdo Pedrosa (OAB nº 7748);  
70 **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
71 Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos  
72 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. Registrada a presença em Plenário da Procuradora da  
73 Ordenadora, Dra. Edilene Chaves Macedo Pedrosa (OAB/Pa. nº 7748). A matéria foi colocada  
74 **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
75 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.595).  
76 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro



77 José Carlos Araújo. **Processo nº 201606294-00; Prefeitura Municipal de Curralinho;**  
78 **Pedido de Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº 11.488 (Exame de  
79 Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Álvaro Aires da Costa; Relator:  
80 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0900/16); Advogado/Contador: Suetônio de  
81 Andrade Soares; **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo  
82 regimental, o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas submeteu ao Plenário sua proposição de  
83 inadmissibilidade do Pedido, nos termos do parágrafo único, do Art. 271 do RI/TCM/Pa. A  
84 matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
85 **unanimidade,** decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela inadmissibilidade do  
86 Pedido (Resolução nº 12.596). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião  
87 da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 850012001-00; Prefeitura**  
88 **Municipal de Vigia; Prestação de Contas – 2001;** Responsável: Marlene Macedo Paiva de  
89 Vasconcelos; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
90 Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.**  
91 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
92 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi  
93 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
94 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela emissão de parecer prévio pela  
95 regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria:** com aplicação de multas (Resolução nº  
96 12.597). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à  
97 exclusão da aplicação das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar  
98 Colares. **Processo nº 1380012012-00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna;**  
99 **Prestação de Contas – 2012 – Contas de Governo;** Responsável: Edison Raimundo  
100 Alvarenga; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame  
101 da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.180, de**  
102 **29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1380012012-00; Prefeitura Municipal de**  
103 **Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2012 – Contas Gestão;** Responsável: Edison  
104 Raimundo Alvarenga; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral  
105 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**  
106 **33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1154062010-00; Fundo**  
107 **Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – 2010;** Responsável:  
108 Stelio Carvalho Castelo Branco Júnior; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:  
109 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE**  
110 **nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
111 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com  
112 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
113 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
114 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação



115 de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº  
116 29.165). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do  
117 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 140131996-00; Secretaria Municipal de Saúde**  
118 **de Belém; Prestação de Contas;** Responsável: Fernando Agostinho Cruz Dourado;  
119 Instrução: Luiz Fernando G. da Costa e Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora  
120 Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.180,**  
121 **de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
122 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi  
123 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
124 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas.  
125 **Por maioria:** com aplicação de multas. Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Vencida a  
126 Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas (Acórdão nº 29.186).  
127 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 624262013-**  
128 **00; FUNDEB de Redenção do Pará; Prestação de Contas - 2013;** Responsável: Manoel  
129 Messias Serafin dos Santos; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria  
130 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.180, de**  
131 **29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
132 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o  
133 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
134 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
135 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação  
136 de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº  
137 29.187). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, dos  
138 Conselheiros, Cezar Colares e Mara Lúcia. **Processo nº 1382012010-00; Secretaria**  
139 **Municipal de Educação e FUNDEB de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2010;**  
140 Responsável: Sebastião Damascena Santos; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:  
141 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE**  
142 **nº 33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201004864-00; Secretária**  
143 **Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de Contas - 2010;** Responsável:  
144 José Augusto Pontes Moraes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
145 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº**  
146 **33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
147 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada  
148 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
149 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº  
150 29.188). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201105275-00; Secretária**  
151 **Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de Contas – 2011;** Responsável:  
152 Nilda Maria Paula Nunes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral



153 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº  
154 **33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
155 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada  
156 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
157 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº  
158 29.189). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004603-00; Secretária**  
159 **Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de Contas - 2010;** Responsável:  
160 Joana Pantoja da Costa; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth  
161 Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.180, de  
162 **29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
163 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada  
164 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
165 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº  
166 29.190). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004390-00; Secretária**  
167 **Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de Contas - 2010;** Responsável:  
168 Ana Maria Nascimento Araújo; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
169 Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE  
170 **nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
171 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi  
172 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
173 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº  
174 29.191). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201104107-00; Secretária**  
175 **Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de Contas - 2011;** Responsável:  
176 Areoswaldo Nogueira de Andrade; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
177 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº  
178 **33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
179 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada  
180 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
181 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº  
182 29.192). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201004405-00; Secretária**  
183 **Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de Contas - 2010;** Responsável:  
184 Aguinaldo Neves Silva; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral  
185 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº  
186 **33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
187 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada  
188 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
189 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº  
190 29.193). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201205001-00; Secretária**





191 **Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de Contas – 2012;** Responsável:  
192 Maria Nilma Ramos de Alcântara Pereira; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:  
193 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;  
194 **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
195 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das  
196 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
197 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das  
198 contas (Acórdão nº 29.194). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
199 **201104232-00; Secretária Municipal de Educação - SEMEC de Belém; Prestação de**  
200 **Contas - 2011;** Responsável: Mirian Monteiro de Almeida; Instrução: 7ª Controladoria;  
201 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José  
202 Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo  
203 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
204 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
205 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
206 regularidade das contas (Acórdão nº 29.195). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.  
207 **Processo nº 201215115-00; Secretária Municipal de Educação - SEMEC de Belém;**  
208 **Prestação de Contas – 2012;** Responsável: Nilda Maria Paula Nunes; Instrução: 7ª  
209 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:  
210 Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo  
211 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
212 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
213 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
214 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.196). Presidência do  
215 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201606809-00; Prefeitura Municipal de**  
216 **Redenção do Pará; Denúncia com pedido de Medida Cautelar;** Denunciante: Luciano  
217 Carvalho Duarte – Vereador; Denunciado: Secretário Municipal de Administração e Prefeito  
218 Municipal de Redenção; Instrução: 7ª Controladoria; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;  
219 **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
220 Conselheiro Relator deu conhecimento ao Plenário da admissibilidade da Denúncia, nos termos  
221 do § 2º do Art. 291 do RI/TCM/PA e, em decisão monocrática, apresentou ao Plenário seu  
222 despacho em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art.  
223 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a  
224 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Acórdão  
225 nº 29.197). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201608221-00;**  
226 **Prefeitura Municipal de Capitão - Poço; Denúncia com pedido de Medida Cautelar;**  
227 Denunciante: Cantex Participações e Serviços Ltda – EPP; Denunciados: Antônia Diana Mota de  
228 Oliveira e Osias Freitas Barroso (Presidente da CPL); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério



229 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia;  
230 **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
231 Conselheiro Relator deu conhecimento ao Plenário da admissibilidade da Denúncia, nos termos  
232 do § 2º do Art. 291 do RI/TCM/PA e, em decisão monocrática, apresentou ao Plenário seu  
233 despacho em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art.  
234 144 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a  
235 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada  
236 (Acórdão nº 29.198). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da  
237 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201415431-00; Fundo Municipal**  
238 **de Saúde de Jacundá; Pedido de Revisão** contra decisão do Acórdão nº 24.721, de  
239 25.02.2014; Responsável: Eduardo da Silva Tuma; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério  
240 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no**  
241 **DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201607274-00;**  
242 **Prefeitura Municipal de Salvaterra; Pedido de Revisão** contra a decisão contida na  
243 Resolução nº 11.806, de 10.03.15 (Exame de Admissibilidade); Responsável: José Maria Gomes  
244 de Araújo; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame  
245 da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogados: Elizeu Mendes Figueira (OAB-PA 7.227)  
246 e Elvis Ribeiro da Silva (OAB-PA 12.114); **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.**  
247 Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora submeteu ao Plenário sua proposta  
248 de insubsistência da Resolução nº 1.806/15, e a reabertura da instrução do processo. A matéria  
249 foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
250 decidiu homologar a insubsistência da Resolução nº 1.806/15, e autorizar a reabertura  
251 solicitada (Acórdão nº 29.199). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
252 **201512590-00; Prefeitura Municipal de Pacajá; Pedido de Revisão** contra a decisão  
253 contida na Resolução nº 11.049, de 16.09.13 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito  
254 suspensivo) – **Contas de Governo**; Responsável: Edmir José da Silva; Instrução: 3ª  
255 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora:  
256 Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo  
257 dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário preliminar de efeito  
258 suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**  
259 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
260 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.598).  
261 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201512591-00 (970012008-00);**  
262 **Prefeitura Municipal de Pacajá; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão  
263 nº 23.882, de 16.09.13 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo) – **Contas**  
264 **de Gestão**; Responsável: Edmir José da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:  
265 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no**  
266 **DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia



267 submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do  
268 RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
269 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão  
270 interposto (Resolução nº 12.601). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
271 **201603012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Mãe do Rio; Pedido de**  
272 **Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 26.037, de 17.04.15; Responsável: Francisca  
273 do Carmo Alencar de Carvalho; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
274 Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.180, de**  
275 **29.07.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
276 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Pedido  
277 de Revisão, com a reforma parcial da decisão recorrida para a regularidade das contas,  
278 mantidas as multas dos itens 2 e 3 da decisão. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
279 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
280 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Pedido, com a reforma da decisão  
281 pela regularidade das contas, com ressalvas, e a manutenção da aplicação das multas  
282 anteriormente aplicadas (Acórdão nº 29.200). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.  
283 **Processo nº 201604958-00; Câmara Municipal de Curuçá; Pedido de Revisão** contra a  
284 decisão contida no Acórdão nº 24.499/2013; Responsável: Antônio Maria da Silveira Ramos;  
285 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
286 Conselheiro Cezar Colares; Advogado: Swami Assis de Abreu Alves; **Publicado no DOE nº**  
287 **33.180, de 29.07.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
288 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Pedido, com a  
289 reforma da decisão pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
290 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
291 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Pedido, com a reforma da decisão  
292 pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.201). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.  
293 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. **Processo nº**  
294 **900022004-00 (201604492-00); Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia;**  
295 **Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 25.570, de 11.09.2014;  
296 Responsável: Ricardo Correia Lima; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
297 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogada/Contadora: Solange Leite  
298 Feitosa; **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o  
299 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
300 provimento do Pedido, com a reforma da decisão pela regularidade das contas. A matéria foi  
301 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
302 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Pedido,  
303 com a reforma da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas (Acórdão nº 29.202).  
304 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro





305 José Carlos Araújo. **Processo nº 201510453-00; Fundo Municipal de Assistência Social**  
306 **de São Sebastião da Boa Vista; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão  
307 nº 25.570/2014; Responsável: Neuzila de Matos Pereira; Instrução: 1ª Controladoria: Ministério  
308 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;  
309 **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
310 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
311 provimento parcial do Pedido de Revisão, com a modificação da decisão pela regularidade das  
312 contas, com ressalva, e a exclusão da multa fixada pelas despesas realizadas sem o devido  
313 processo licitatório, mantendo, contudo, a multa aplicada com base no Art. 120-B do RI/TCM. A  
314 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo*  
315 *conhecimento do Apelo em exame, para, no mérito, dar provimento parcial ao mesmo, no sentido de*  
316 *reformular o Acórdão nº 25.570/2014-TCM, de 11.09.2014, desta feita pela aprovação com ressalvas da*  
317 *Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Boa Vista, no*  
318 *exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da Sra. Neuzila de Matos Pereira, em favor de quem*  
319 *deve ser expedido o Alvará de Quitação, pelas despesas ordenadas, somente após o recolhimento da*  
320 *sanção pecuniária estabelecida no item I, do Acórdão nº 23.929/2013". **Em votação**: o Conselheiro*  
321 Cezar Colares acompanhou o Relator, porém manteve a multa cominada pela não remessa do  
322 processo licitatório. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antonio José Guimarães, e o  
323 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência  
324 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento  
325 parcial do Pedido, com a reforma da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas, e a  
326 manutenção da multa estabelecida no item I, do Acórdão nº 23.929/2013. Presidência do  
327 Conselheiro Cezar Colares. Vencido o Conselheiro Cezar Colares que manteve a multa cominada  
328 pela não remessa do processo licitatório (Acórdão nº 29.203). Ausência, por ocasião da  
329 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200303799-00; Secretaria**  
330 **Municipal de Infra Estrutura de Santarém; Recurso de Reconsideração** contra a  
331 decisão do Acórdão nº 11.024, de 14.01.2003; Responsáveis: Joaquim Lira Maia e Jerônimo  
332 Pinto; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Mara Lúcia Barbalho da  
333 Cruz; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Advogado/Contador: Sábato Giovanni Megale  
334 Rossetti (OAB-PA 2.774); **Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta.  
335 **Processo nº 201600102-00; Secretaria Municipal de Saneamento e Secretaria**  
336 **Municipal de Urbanismo de Belém; Recurso Ordinário** contra a decisão do Acórdão nº  
337 27.705, de 22.09.15; Responsável: Natanael Alves Cunha; Instrução: 5ª Controladoria;  
338 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado**  
339 **no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201606078-00;**  
340 **Associação da Pia União do Pão de Santo Antônio; Recurso** contra a decisão do Acórdão  
341 nº 28.062, de 12.11.15); Responsável: Armínia da Conceição Santos da Souza; Instrução: 3ª  
342 Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado**



343 **no DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira  
344 Relatora submeteu ao Plenário sua proposta de insubsistência do Acórdão nº 28.062, de  
345 12.11.15, e a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A  
346 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a  
347 insubsistência do Acórdão nº 28.062, de 12.11.15, e autorizar a reabertura solicitada (Acórdão  
348 nº 29.205). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do  
349 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201600163-00; Fundo Municipal de Monte**  
350 **de Assistência Social de Almeirim; Recurso Ordinário** contra a decisão do Acórdão nº  
351 27.890, de 15.10.15; Responsável: Valéria Melo; Instrução: 4ª Controladoria; Procuradora  
352 Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº**  
353 **33.180, de 29.07.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201605990-00 (Processo nº**  
354 **384002009); Fundo Municipal de Monte de Educação de Jacundá; Embargos de**  
355 **Declaração;** Responsável: Ana Cristina Araújo Negrão; Instrução: 4ª Controladoria;  
356 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no**  
357 **DOE nº 33.180, de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
358 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento dos Embargos,  
359 com a sugestão de que seja declarada a insubsistência da decisão guerreada, no permissivo do  
360 art. 77, da LC nº 084/2012, haja vista que estão comprovados nos autos a existência de fatos  
361 anteriores capazes de comprometer a essência do julgado Ato. A matéria foi colocada **em**  
362 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
363 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento dos Embargos, com a homologação  
364 da insubsistência do Acórdão nº 24.327/13, e autorização para reabertura solicitada, com a  
365 devolução dos autos ao Relator do processo principal (Acórdão nº 29.204). Presidência do  
366 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos  
367 Araújo. **Processo nº 800012008-00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa**  
368 **Vista; Recurso Ordinário** contra a decisão contida na Resolução nº 11.138 – **Contas de**  
369 **Governo;** Responsável: Laércio Rodrigues Pereira; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério  
370 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas  
371 (Portaria nº 0900/16); Advogado: Miguel Biz (OAB 15409-B) **Publicado no DOE nº 33.180,**  
372 **de 29.07.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
373 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso.  
374 A matéria foi colocada **em discussão**. Presença do Procurador do Ordenador em Plenário,  
375 Miguel Biz (OAB 15409-B), que fez uso da palavra nos termos do Art. 190 do Regimento  
376 Interno do TCM/PA: *"Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Secretário, Douta*  
377 *representante do Ministério Público, Excelentíssimos Senhores Conselheiros, Senhora Conselheira,*  
378 *Senhor Conselheiro Relator Sérgio Dantas, primeiramente é uma honra para qualquer Advogado subir a*  
379 *esta Tribuna e fazer sustentação oral. Fui procurado na sexta-feira pelo meu constituinte e, no dia de*  
380 *ontem, solicitei ao ilustre Relator o adiamento do julgamento. É verdade que sempre quando se solicita o*



381 *adiamento de julgamento, nas vésperas, acaba soando como intento protelatório, de procrastinar o*  
382 *processo. Venho a esta Tribuna dizer e afirmar aos Senhores Conselheiros que não é caso de*  
383 *protelamento para o julgamento do feito. Então, eu rogo ao espírito republicano do Senhor Conselheiro*  
384 *Relator o adiamento e, não sendo possível, em relação ao mérito das Contas de Governo. O relatório*  
385 *desse Processo, como bem dito pelo nobre Relator, esse Processo era da relatoria originária do*  
386 *Conselheiro Daniel Lavareda. No levantamento, no relatório preliminar, se apontou que o Município de*  
387 *São Sebastião da Boa Vista, no exercício de 2008, gastou com educação R\$-715.554,00 (setecentos e*  
388 *quinze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais). As despesas do Município em 2008 foi de R\$-*  
389 *22.678.000,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais). Pela simples aferição em*  
390 *relação as despesas totais do Município, com o próprio relatório inicial do Conselheiro Daniel Lavareda*  
391 *que aponta seis milhões e uma fração em gastos com a educação, já se poderia chegar a conclusão dos*  
392 *25% (vinte e cinco por cento) de gasto com educação. Mas, não estou aqui a contradizer, de forma*  
393 *alguma, a conclusão que a Controladoria vinculada ao eminente Relator apurou. O que estou dizendo,*  
394 *pelo pouco espaço de tempo que eu tive acesso as informações, não tive acesso total ao processo ainda,*  
395 *mas pelos relatórios que foram disponibilizados já poderia estar levantando o porquê desta*  
396 *contrariedade, e lá apontava em percentual 33,17% (trinta e três vírgula dezessete por cento) como*  
397 *gasto em educação. No que se refere a gasto em relação a aplicação do FUNDEB quanto aos 60*  
398 *(sessenta) e aos 40% (quarenta por cento), o Relatório aponta o seguinte: "permanecendo, portanto,*  
399 *impossibilitando da verificação regular". O que está dizendo o percuciente relatório expedido pela*  
400 *Controladoria? Não está dizendo que foi aplicado irregular os 40% (quarenta por cento), e não está*  
401 *dizendo que não foram aplicados os 60% (sessenta por cento). O que está apontando foi uma*  
402 *impossibilidade, por parte da Controladoria, de se apurar de forma segura em decorrência das fichas*  
403 *orçamentárias que não atendeu, e aí eu tenho que ser fiel, não atendeu a Resolução desta Corte de*  
404 *Contas. Então, rogo ao espírito republicano de Vossa Excelência que este Tribunal, penso que além de*  
405 *uma decisão, sempre busca uma decisão que se aproxima o máximo com uma decisão justa.*  
406 *Impossibilitar ao defendente uma decisão justa seria possibilitar que fosse possível o acesso ao processo*  
407 *para que se viesse a sanar e tirar essas dúvidas que ainda pairam no processo. Então, de início, com*  
408 *relação as Contas de Governo é essa a manifestação, obrigado". A matéria foi colocada em*  
409 **discussão.** O Conselheiro Substituto **Sérgio Dantas** pediu a palavra e assim manifestou-se:  
410 *"eu gostaria, Presidente, de dar um esclarecimento ao nobre Advogado com relação especificamente ao*  
411 *FUNDEB, o fato da Controladoria informar que ficou impossibilitada, pela segunda vez, porque ele teve a*  
412 *chance na defesa e não o fez, e teve a chance no Recurso Ordinário, também, e não o fez, isso*  
413 *inviabiliza o Tribunal de aferição. Então, o fato da Controladoria ter dito que ficou impossibilitada já é um*  
414 *grave procedimento por parte do Ordenador, ou seja, fica demonstrado que ele está dificultando que a*  
415 *Controladoria verifique a apuração dos valores aplicados. Era essa, Conselheiro Presidente, que eu*  
416 *gostaria de esclarecer ao Advogado, porque ele ressaltou esse fato com mais veemência". A*  
417 Conselheira **Mara Lúcia** pediu a palavra e assim manifestou-se: *"eu queria só do nobre*  
418 *Advogado, quando ele pontua que a despesa foi de vinte e dois milhões, seiscentos e oito, confesso que*  
419 *não localizei aqui no Relatório, e teria um gasto, esse gasto de seis milhões que o Senhor se refere, seria*  
420 *esse total, seria com o que esses seis milhões? Manifestação do Advogado: "isso consta no relatório*  
421 *inicial do Conselheiro Daniel Lavareda. Para ser fiel, aqui, penso eu que a problemática pode residir no*



422 *fato de não ter conseguido identificar nas fichas orçamentárias os gastos com educação dos recursos, e*  
423 *isso pode ter inviabilizado, entendeu, de se chegar a esse valor, mas essa informação que eu aponto a V.*  
424 *Exa, nobre Conselheira, consta no relatório inicial do Conselheiro Daniel Lavareda, um gasto de R\$-*  
425 *6.715.000,00 (seis milhões, setecentos e quinze mil reais) apontando 33,17% (trinta e três vírgula*  
426 *dezessete por cento). São recursos, basicamente, de transferências do Governo Federal. O que se teve*  
427 *de despesa no exercício de 2008, foi vinte e dois mil, seiscentos e setenta e oito. Os seis milhões e uma*  
428 *fração, considerando essa despesa total, ela já apontaria para o cumprimento do limite de 25% (vinte e*  
429 *cinco por cento)". Manifestação da Conselheira **Mara Lúcia:** "obrigada." Em seguida, o*  
430 *Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO:** "pelo conhecimento do presente Recurso para, no*  
431 *mérito, dar-lhe provimento parcial face o cumprimento do Art. 42 da LRF, mantendo, entretanto, a*  
432 *decisão contida na Resolução nº 11.138/2013, contrária a aprovação das contas de Governo da*  
433 *Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Laércio*  
434 *Rodrigues Pereira". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, na*  
435 *íntegra. A Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o*  
436 *retorno do processo para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo***  
437 **nº 800012008-00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Recurso**  
438 **Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 23.974 – **Contas de Gestão;** Responsável:  
439 Laércio Rodrigues Pereira; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria  
440 Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0900/16); Advogado:  
441 Miguel Biz (OAB 15409-B) Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016. Presença do  
442 Procurador do Ordenador em Plenário, Miguel Biz (OAB 15409-B). Cumprindo dispositivo  
443 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
444 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheira Substituto  
445 proferiu seu **VOTO:** "pelo conhecimento do presente Recurso, para no mérito dar-lhe provimento  
446 parcial, face a regularização das divergências apontadas na receita, mantendo entretanto a decisão  
447 contida no Acórdão nº 23.974/2013, que negou aprovação as presentes contas de gestão da Prefeitura  
448 Municipal de São Sebastião da Boa Vista, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Laércio Rodrigues  
449 Pereira". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, na íntegra, a  
450 Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno  
451 do processo para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
452 **201419384-00; Câmara Municipal de Palestina do Pará; Diária;** Interessado:  
453 Adeuvaldo Pereira de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
454 Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.180, de 29.07.2016. Cumprindo  
455 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
456 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
457 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
458 **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.599). Presidência do  
459 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201607158-00 (1210052010-00); Fundo**  
460 **Municipal de Saúde de Pau d'Arco; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no



461 Acórdão nº 29.029 (Exame de admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável:  
462 Fredson Pereira da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.180, de  
463 29.07.2016. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao  
464 Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A  
465 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
466 **unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto  
467 (Resolução nº 12.600). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da  
468 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro  
469 Cezar Colares pediu a palavra e submeteu ao Plenário as seguintes matérias administrativas: 1  
470 – Cessão do Servidor Paulo Tadeu do Amaral Ramos para a Prefeitura de Marabá, com ônus  
471 para o Órgão solicitante; 2 – Regimento Interno da Corregedoria; 3 – Minuta de Resolução que  
472 institui o registro nos Acórdãos do TCM/Pa dos índices a serem aplicáveis a juros e correção  
473 monetária sobre as multas recolhidas fora do prazo; 4 – Utilização dos Recursos do FUMREAP  
474 na Fonte 0375 que trata da contratação de empresa de consultoria com vistas à execução do  
475 Projeto "Gestão de Desempenho com Foco em Competências", encaminhado pela DGP através  
476 do memorando nº 027/2016-DGP-TCM, de 16.05.16 (fl. 01 do Processo PA nº 20166466). As  
477 matérias foram colocadas **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
478 **unanimidade**, decidiu aprovar as matérias anunciadas. Em seguida, o Conselheiro informou  
479 que a Rede de Controle reunirá, nesta quarta-feira, representantes dos órgãos que integram a  
480 Rede Controle de Gestão Pública, ocasião em que serão tomadas importantes decisões com  
481 vistas ao combate da corrupção. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS**  
482 **CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente  
483 Sessão, às doze horas e vinte e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria  
484 Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dois de agosto de dois mil e  
485 dezesseis.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão